

Dívida externa: grave questão mal posta

GAZETA MERCANTIL

21 AGO 1987

Herbert Levy (*)

Difícil-
mente pode-
ria ser pior
conduzida
uma ques-
tão de capi-
tal impor-
tância para
o Brasil co-
mo é a dívida externa.



No governo passado, ela era simplesmente manipulada pelos credores, com a plena concordância do ministro do Planejamento, que dominava a economia diante da falta completa de conhecimentos sobre o assunto do presidente da República.

Aceitamos tudo passivamente, inclusive a tutela do Fundo Monetário Internacional, ainda guiado por conceitos ortodoxos fatais para os países em desenvolvimento.

Aceitamos sem discutir os totais da dívida, reconhecidamente injustos, e entramos cegamente numa política recessiva.

Não tínhamos desemprego e de repente chegamos a 4,5 milhões de desempregados, cifra oficial do Ministério do Trabalho.

Com os dependentes foram 16 a 18 milhões de brasileiros que ingressaram na área de pobreza absoluta, ao passo que a classe média se proletarizava. Um desastre.

Ao iniciar-se o novo governo e a Nova República, todos os dados do problema foram proporcionados ao presidente da República e ao ministro da Fazenda, dados esses — e isso foi salientado — reconhecidos como válidos por um auditório do mais alto nível reunido em Washington, sob os auspícios do Institute for

International Economics, cujo presidente, prof. Fred Bergsten, proporcionou-me uma palestra, com amplos debates.

Evidenciou-se que de um total de US\$ 92 bilhões, em 31 de dezembro de 1984, US\$ 52 bilhões nos foram impostos injustamente de fora.

Convém repetir os dados que ofereci ao auditório de Washington: US\$ 22 bilhões eram responsabilidade do Tesouro norte-americano ao puxar até 20,45% ao ano as taxas dos bancos comerciais para cobrir os seus déficits. Isso tomando por base um juro até então normal de 8% ao ano. E US\$ 30 bilhões foi o prejuízo imposto por um cartel de petróleo ao elevar mais os preços já altos (US\$ 10,40 por barril em 1975 para US\$ 2,77 em 1973) até US\$ 36 e US\$ 38, quando os organis-

mos internacionais tinham por função impedir práticas de cartel de uma nação prejudicando a outra.

O Brasil tinha moralmente e de fato o direito de exigir mesa-redonda na qual as responsabilidades fossem devidamente distribuídas e reconhecida a nossa dívida no seu montante justo.

Isso já havia sido explicado a Tancredo Neves, que reconheceu legítima essa tomada de posição pelo Brasil. O mesmo aconteceu com o presidente Sarney e com o ministro Funchal. Não obstante, os pagamentos de juros continuaram a ser feitos in totum. Daí haver o Brasil exportado US\$ 36,5 bilhões líquidos de capital de 1984 a 1987, impondo-nos uma sangria que nos debilitou gravemente, acabando por forçar moratória unilateral,

inconveniente para os nossos interesses. Mais uma vez pagamos um custo social elevado apesar da prioridade do governo em relação ao social.

Diante da desorientação e da confusão reinantes quanto ao problema da dívida, vale a pena o ministro Bresser Pereira tomar o assunto em suas mãos e colocá-lo nos seus termos verdadeiros e definitivos, com o que serão salvaguardados os interesses do País sem os riscos de ser o Brasil desclassificado para o nível de devedores relapsos e pouco responsáveis.

Afinal, esse é um problema sério, do governo, e não pode estar sujeito à demagogia irresponsável.

(*) Presidente do conselho de administração e diretor responsável da Gazeta Mercantil.